



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas na forma da legislação societária, associadas às normas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, bem como pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício, uma arrecadação de R\$ 551,165 milhões (R\$ 532,880 milhões em 2009).

Resultado do Exercício

O resultado do exercício foi de R\$ 6,934 milhões (R\$ 4,048 milhões em 2009).

Governança Corporativa

Com o objetivo de estar sempre em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, dentre outras ações, a companhia conta com comitês formalmente instituídos. Buscando constantemente os mais altos padrões de comportamento ético, foi publicado o Código de Conduta Ética Setorial do Grupo Bradesco Seguros, resultado do compromisso constante em promover e definir as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram todas as empresas do Grupo.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Mediservice-Administradora de Planos de Saúde S.A. busca, permanentemente, contribuir com as autoridades governamentais de controle, nacionais e internacionais, objetivando conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas à Prevenção e ao Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, assim como o relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Sendo assim, durante o exercício, buscou aprimorar as ferramentas e os controles utilizados, que dão suporte ao processo de comunicação de operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF com vistas a prevenir e combater tais condutas criminosas. Do mesmo modo, desenvolveu e publicou materiais, estimulando o

constante e tempestivo treinamento dos colaboradores do Grupo, por meio de normatizações, divulgação de materiais de apoio e oferecimento de palestras.

Controles Internos e Compliance

Durante o exercício, com base na política corporativa definida e visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Mediservice-Administradora de Planos de Saúde S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são regularmente aplicados, em conformidade com os principais frameworks de controles.

Segurança da Informação

O Grupo Bradesco Seguros está respaldado por uma infraestrutura sólida de TI e mecanismos de proteção, cujos controles estão relacionados aos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, bem como por políticas e normas de segurança da informação, além de treinamentos que visam à disseminação do assunto e à conscientização dos colaboradores. Estas medidas, dentre outras vantagens, objetivam garantir que os ativos de informação sejam salvaguardados de uso indevido, permitindo à companhia o cumprimento de suas atividades de forma segura.

Riscos Operacionais, Crédito, Mercado, Legal e Subscrição

As políticas de gestão dos riscos implementadas estão alinhadas às melhores práticas de governança e de modelos adotados no mercado internacional, atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e de Governança Corporativa. Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de políticas corporativas e estabelecimento de procedimento de monitoramento contínuo dos graus de exposição.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados, corretores e instituições parceiras, o apoio recebido da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	148.747.498	73.190.812	CIRCULANTE	57.527.157	53.622.843
Disponível	5.032.445	4.047.078	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	46.574.056	39.807.702
Realizável	143.715.053	69.143.734	Provisão de eventos/sinistros a liquidar	46.574.056	39.807.702
Aplicações financeiras	92.543.311	22.357.983	Outros débitos de operações de assistência à saúde	4.860.253	4.330.156
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	49.387.214	44.971.495	Tributos e contribuições a recolher	2.536.592	2.484.877
Contraprestação pecuniária a receber	45.346.229	40.593.055	Fornecedores	118.324	474.194
Taxa de administração de planos a receber	818.135	856.146	Provisões	270.815	855.538
Operadoras de planos de assistência à saúde	2.814.461	2.993.736	Obrigações com pessoal	2.154.779	1.916.483
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	408.389	528.558	Débitos diversos	1.012.338	3.753.893
Títulos e créditos a receber	1.670.380	1.715.293	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.737.516	1.438.142
Outros valores e bens	114.148	98.963	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.737.516	1.438.142
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.931.280	3.415.893	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	637.595	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.716.482	3.015.685	Outras provisões	637.595	-
Títulos e créditos a receber	2.273.459	707.045	Provisões	7.099.921	1.438.142
Valores e bens	2.443.023	2.308.640	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.414.105	21.545.720
Imobilizado	201.315	386.373	Capital social	74.500.000	14.082.628
Bens móveis - não hospitalares/não odontológicos	198.662	383.720	Reservas de lucros	13.914.105	7.463.092
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicas	2.653	2.653	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.678.778	76.606.705
Intangível	13.483	13.835			
TOTAL DO ATIVO	153.678.778	76.606.705			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2010	2009
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	551.164.930	532.880.254
Contraprestações líquidas	522.143.268	504.738.486
Receita com administração de planos de assistência à saúde	29.021.662	28.141.768
Eventos indenizáveis líquidos	516.734.394	498.600.448
Eventos conhecidos	535.444.185	514.493.950
Recuperação de eventos conhecidos	(18.709.791)	(15.893.502)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	34.430.536	34.279.806
Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde	2.605.496	2.504.981
Resultado bruto	31.825.040	31.774.825
Despesas de comercialização	17.991	94.755
Despesas administrativas	18.907.340	19.741.656
Outras receitas operacionais	1.827.771	1.295.262
Outras despesas operacionais	(10.621.150)	(7.832.422)
(Reversão) provisão para perdas sobre crédito	1.163.369	(1.376.586)
Provisão para contingência operacional	(4.642.675)	-
Outras	(7.141.844)	(6.455.836)
Resultado financeiro líquido	7.357.600	2.243.625
Receitas financeiras	7.781.465	2.621.492
Despesas financeiras	(423.865)	(377.867)
RESULTADO OPERACIONAL	11.463.930	7.644.879
Resultado patrimonial	-	(9.094)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	11.463.930	7.635.785
Imposto de renda	(3.553.726)	(2.015.841)
Contribuição social	(1.338.496)	(752.400)
Impostos diferidos	1.569.991	742.584
Participações no resultado	(1.207.439)	(1.562.153)
Resultado líquido do exercício	6.934.260	4.047.975
Quantidade de ações	35.056.244	9.390.425
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	197,80	431,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de planos de saúde	515.475.017	509.323.552
Outros recebimentos operacionais	30.971.543	29.157.586
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(509.062.391)	(501.413.268)
Pagamento de comissões	(17.991)	(94.755)
Pagamento de pessoal	(8.940.005)	(9.699.322)
Pagamento de serviços de terceiros	(2.012.913)	(1.866.622)
Pagamento de tributos	(14.867.795)	(13.570.598)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(21.820)	(25.392)
Pagamento de aluguel	(685.559)	(445.716)
Pagamento de promoção/publicidade	(161.151)	(299.919)
Outros pagamentos operacionais	(5.990.789)	(5.435.506)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.686.146	5.630.040
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	-	13.580
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(3.352)	(2.271)
Pagamento de aquisição de intangível	(2.707)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.059)	11.309
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	60.000.000	-
Resgate de aplicações financeiras	93.268.237	40.246.805
Participação nos resultados	(1.004.314)	(755.690)
Aplicações financeiras	(155.920.187)	(41.709.406)
Outros pagamentos das atividades de financiamento (dividendos)	(38.456)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.694.720)	(2.218.291)
Variação líquida do caixa	985.367	3.423.058
Caixa no início do exercício	4.047.078	624.020
Caixa no final do exercício	5.032.445	4.047.078
Aumento de caixa	985.367	3.423.058

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	14.051.686	162.855	2.548.100	-	16.762.641
Aumento de capital:					
AGE de 28/12/2009	30.942	-	-	-	30.942
Reversão de dividendos	-	-	742.618	-	742.618
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.047.975	4.047.975
Dividendos propostos (R\$ 4,10 por lote de mil ações)	-	-	-	(38.456)	(38.456)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	202.399	3.807.120	(4.009.519)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	14.082.628	365.254	7.097.838	-	21.545.720
Aumento de capital:					
AGE de 26/02/2010	60.417.372	(162.855)	(254.517)	-	60.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.934.260	6.934.260
Dividendos propostos (R\$ 1,88 por lote de mil ações)	-	-	-	(65.875)	(65.875)
Destinação do lucro líquido - constituição de reservas	-	346.714	6.521.671	(6.868.385)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	74.500.000	549.113	13.364.992	-	88.414.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)

1. Contexto operacional
A Empresa faz parte do Grupo Bradesco Seguros desde fevereiro de 2008 e tem por objeto o exercício da atividade de assessoria, consultoria, planejamento e administração de planos de saúde e de benefícios de terceiros, o processamento de dados pertinentes ao ramo, tais como definidos na legislação em vigor.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei 11.941/2009), bem como as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 207/2009, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração de resultados, sendo obrigatória para registro dos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, em decorrência, alguns saldos foram reclassificados para melhor comparabilidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros inclusive demais ativos, quando aplicáveis, mensurados ao valor justo contra o resultado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo
(i) Aplicações
Conforme determinações da ANS, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em três categorias:
I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados;
II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.
Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

(ii) Créditos de operações com planos de assistência à saúde
São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Empresa constituiu provisão para riscos de crédito em montantes julgados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos a receber.

(iii) Demais ativos
Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes, e são registrados considerando as expectativas da Administração quanto às perspectivas de sua realização.

(c) Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.

(d) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(f) Passivo circulante e não circulante - exigível a longo prazo

(i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
São registrados com base nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Empresa até o fim de cada mês, em contrapartida às contas de resultado de Eventos indenizáveis líquidos.
O valor apresentado na rubrica "Outras provisões" refere-se à Provisão ressarcimento SUS para atender a IN nº 03 publicada pela ANS em 10/2010.

(ii) Demais passivos
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 para o exercício, e para contribuição social, à alíquota de 9%, nos termos da legislação em vigor.
De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na regulamentação da ANS.

(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável;

(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação;

(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(h) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades.
As contraprestações e comissões são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas faturas e apropriados, em bases lineares no período de cobertura do risco.
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método de taxa efetiva de juros.
A participação dos funcionários nos resultados da Empresa, apurada com base na convenção coletiva firmada com o Sindicato da categoria, é reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pela Administração da Empresa.

(i) Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para riscos de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(j) Normas contábeis
A ANS aprovou por meio da Instrução Normativa nº 37, de 22 dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras os pronunciamentos do CPC de números CPC 1 a CPC 9, com aplicação imediata, bem como todos os pronunciamentos do CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2009 para serem observados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2010, exceto CPC 11 - "Contrato de Seguros", não obstante, a forma de apresentação das demonstrações contábeis continua a seguir a IN36/2009.
A Administração vem trabalhando na implementação e análise dos impactos dos CPCs acima nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar esses eventuais efeitos.

4. Gerenciamento de riscos
A Empresa está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

(a) Risco de seguro
O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma parcela significativa dos contratos de seguros, os ativos que suportam esses contratos estão vinculados direta e indiretamente no fluxo de caixa. Modelos estatísticos e financeiros são aplicados para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.
A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.
Riscos associados ao seguro saúde:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros em relação às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- O grupo segurador monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelo departamento técnico.
- O Departamento Técnico desenvolveu mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que o grupo segurador opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo de suas provisões premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhoria da expectativa de vida da população segura /assistida;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, quando for o caso;
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa; e
- O risco de taxa de juros é monitorado como parte do risco de mercado.

(b) Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Empresa.
O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

(c) Risco de liquidez
A Empresa possui Política de Gerenciamento de Liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.
O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo Departamento de Controle Operacional e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Empresa a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(d) Risco de mercado
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

(e) Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.
O gerenciamento do risco operacional acompanha a variância dos diversos cenários de exposição a riscos a que a Empresa está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Empresa tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade.

5. Aplicações
(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	92.543.311	100,00	22.357.983	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	92.543.311	100,00	22.357.983	100,00
Total	92.543.311	100,00	22.357.983	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento		31 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Valor contábil	Valor de referência (i)
Títulos para negociação	7.771.988	4.964.026	1.399.809	78.407.488	92.543.311	92.543.311				
Certificados de depósitos bancários	670.192	-	-	-	670.192	670.192				
Letras financeiras do tesouro.....	-	4.964.026	795.551	78.259.095	84.018.672	84.018.672				
Letras do tesouro nacional.....	6.621.547	-	274.558	-	6.896.105	6.896.105				
Notas do tesouro nacional	480.249	-	-	-	480.249	480.249				
Debêntures.....	-	-	329.700	148.393	478.093	478.093				
Total em 2010.....	7.771.988	4.964.026	1.399.809	78.407.488	92.543.311	92.543.311				
Total em 2009.....	6.062.692	-	1.095.829	15.199.462	22.357.983	22.357.983				

(i) Representa o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.

(c) Apuração do valor justo
A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;

Títulos para negociação	2010		2009	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda.....	92.543.311	92.543.311	22.357.983	22.357.983
Total.....	92.543.311	92.543.311	22.357.983	22.357.983

(d) Receita financeira por categoria

	2010	2009
Títulos para negociação.....	7.533.379	1.977.726
	<u>7.533.379</u>	<u>1.977.726</u>

(e) Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa não possuía, direta ou por meio de fundos de investimentos, instrumentos financeiros derivativos.

6. Prêmios a receber

	2010	2009
A vencer:		
Até 30 dias	43.586.048	36.488.098
Total a vencer.....	43.586.048	36.488.098
Vencidos:		
Até 30 dias	1.543.631	4.110.142
De 31 a 120 dias	134.242	275.709
Acima de 121 dias.....	294.830	458.661
Total vencidos.....	1.972.703	4.844.512
Total Prêmios a receber.....	45.558.751	41.332.610
Provisão para riscos de crédito.....	(212.522)	(739.555)
Total líquido Prêmios a receber.....	45.346.229	40.593.055

A empresa mantém provisão para riscos de crédito com base em estudo de perdas futuras, baseada no histórico de inadimplência.

7. Títulos e créditos a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2010	2009	2010	2009
Créditos tributários				
Imposto de renda	932.466	442.065	1.202.842	519.886
CSLL.....	271.204	98.524	433.023	187.159
INSS.....	1.428	67.911	-	-
Créditos de PIS e COFINS	438.987	376.241	-	-
Créditos a receber				
Adiantamentos	26.295	81.161	-	-
Outros créditos a receber.....	-	649.391	637.594	-
Total.....	1.670.380	1.715.293	2.273.459	707.045

8. Valores e bens - Depósitos judiciais e fiscais

	2010	2009
Imposto de renda.....	512.847	492.880
CSLL.....	244.092	230.357
SESC/SENAC/SEBRAE e INSS	1.517.002	1.438.142
Trabalhistas	147.261	147.261
Depósitos judiciais de sinistros.....	21.821	-
	<u>2.443.023</u>	<u>2.308.640</u>

9. Imobilizado

	Taxa anual		Custo		Depreciação		Valor residual	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Pinacoteca.....			2.653	-	2.653	2.653		
Equipamentos.....			1.665.658	(1.609.303)	56.355	147.633		
Móveis, máquinas e utensílios			704.790	(624.652)	80.138	134.963		
Veículos.....			199.860	(137.691)	62.169	101.124		
Total em 2010.....			2.572.961	(2.371.646)	201.315	-		
Total em 2009.....			2.569.608	(2.183.235)	-	386.373		

10. Intangível

	Taxa anual			Valor residual	
	2010	2009	Amortização	2010	2009
Software	20%	1.778.164	(1.773.769)	4.395	4.747
Marcas e patentes.....		9.088	-	9.088	9.088
Total em 2010.....		1.787.252	(1.773.769)	13.483	-
Total em 2009.....		1.784.545	(1.770.710)	-	13.835



11. Transações com partes relacionadas

(a) Transações com controladores e controladas

	2010		2009	
	Ativo (Passivo)	Despesa	(Passivo)	Despesa
Disponibilidades				
Banco Bradesco S.A.....	6.074.142	-	-	-
Despesas com aluguéis				
Banco Bradesco S.A.....	-	(259.867)	-	(280.302)
Dividendos a pagar				
Bradesco Saúde S.A.....	(65.875)	-	(38.456)	-
Despesas com prestação de serviços				
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços.....	-	(411.430)	-	(143.303)
Total	6.008.267	(671.297)	(38.456)	(423.605)

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Os Administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

12. Tributos e contribuições a recolher, provisões, obrigações com pessoal e débitos diversos

Os valores apresentados no passivo circulante contemplam:

(a) Tributos e contribuições a recolher

	2010		2009	
Imposto de renda.....	187.994		108.478	
CSLL.....	91.831		36.055	
Impostos sobre serviços.....	125.791		115.269	
Contribuições previdenciárias.....	141.507		248.295	
FGTS a recolher.....	2.915		32.434	
Outros impostos e contribuições.....	56		1.783	
Retenções de impostos e contribuições.....	1.986.498		1.942.563	
	2.536.592		2.484.877	

(b) Provisões

	2010	2009
Provisões para despesas administrativas.....	270.815	855.538
	270.815	855.538

(c) Obrigações com pessoal

	2010	2009
Participação nos lucros e dividendos a pagar.....	1.075.465	844.920
Férias a pagar.....	1.062.790	1.019.537
Outras despesas com pessoal.....	16.524	52.026
	2.154.779	1.916.483

(d) Débitos diversos

	2010	2009
Depósitos de terceiros.....	1.012.338	3.753.893
	1.012.338	3.753.893

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, que sejam relevantes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

(ii) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Empresa vem discutindo judicialmente a legitimidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito em relação a algumas destas demandas. A questão é: SESC/SENAC e SEBRAE – contribuição social para custeio (Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946) R\$ 1.517.002 (R\$ 1.438.142 em 2009). Discute a incidência da contribuição social destinada ao custeio do SESC/SENAC e SEBRAE, instituída pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, à alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento da Empresa sob o argumento de que não se enquadra dentre os contribuintes do tributo.

Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

(iii) Movimentação das provisões constituídas

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
No início do exercício	1.438.142	-	-	-	1.438.142			
Constituição.....	64.018	523.919	5.346.150		5.934.087			
Reversão.....	-	(384.010)	(720.252)		(1.104.262)			
Atualização monetária.....	82.834	-	-		82.834			
Transferência (i).....	-	581.865	167.255		749.120			
No final do exercício de 2010	1.584.994	721.774	4.793.153		7.099.921			

(i) Provisão constituída no curto prazo transferida para o longo prazo em março de 2010.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 35.056.244 (9.390.425 em 2009) ações ordinárias, nominativo-escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	6.934.260	4.047.975
Constituição da reserva legal.....	(346.714)	(202.399)
Base de cálculo dos dividendos	6.587.546	3.845.576
Dividendos propostos no exercício.....	65.875	38.456
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	1,00%	1,00%

(b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2009, foi deliberado o aumento de capital pela sua controladora elevando-o de R\$ 14.051.686 para R\$ 14.082.628, mediante a emissão de 13.605 ações ordinárias nominativo-escriturais, mediante a utilização de créditos existentes na Empresa, relativos a dividendos referentes ao exercício de 2008, no valor de R\$ 30.942.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2010, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 60.417.372 sendo R\$ 60.000.000 em dinheiro, R\$ 254.517 da conta Reservas de lucros - reserva estatutária de 2007 e R\$ 162.855 da conta Reservas de lucros - reserva legal, com a emissão de 25.665.819 ações ordinárias nominativo-escriturais, sem valor nominal.

(c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

15. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas de comercialização

	2010	2009
Angariação de clientes.....	17.991	94.755
	17.991	94.755

(b) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com pessoal próprio.....	10.822.474	11.764.368
Despesas com serviços de terceiros.....	2.012.913	1.866.622
Despesas com localização e funcionamento.....	4.406.946	4.143.243
Despesas com publicações.....	161.151	299.919
Despesas com donativos e contribuições.....	83.093	11.744
Outras despesas administrativas.....	911.585	1.143.474
Despesas com taxa de saúde suplementar.....	445.716	464.009
Outras despesas com tributos.....	63.462	48.277
	18.907.340	19.741.656

(c) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2010	2009
(i) Outras receitas operacionais		
Implantação de planos.....	740.492	618.560
Outras receitas de serviços.....	1.049.400	367.011
Outras receitas diversas.....	37.879	309.691
	1.827.771	1.295.262
	2010	2009

(ii) Outras despesas operacionais

Despesas com encargos sociais.....	(5.610.753)	(5.693.720)
Materiais diversos.....	(881.700)	(633.829)
Provisão para riscos de crédito.....	1.163.369	(1.376.586)
Provisão para contingências.....	(4.642.674)	
Outras despesas operacionais.....	(649.392)	(128.287)
	(10.621.150)	(7.832.422)

(d) Resultado financeiro líquido

	2010	2009
(i) Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	7.533.379	1.977.726
Atualização monetária de créditos tributários.....	73.803	132.201
Atualização monetária de depósitos judiciais.....	73.838	449.806
Outras receitas financeiras.....	100.445	61.759
	7.781.465	2.621.492

(ii) Despesas financeiras

Despesas com títulos de renda fixa.....	(334.946)	(241.068)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(82.834)	(78.682)
Outras despesas financeiras.....	(6.085)	(58.117)
	(423.865)	(377.867)
	7.357.600	2.243.625

16. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes de impostos e participações	11.463.930	7.635.785
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente.....	(3.897.736)	(2.596.167)
Participações no resultado.....	410.529	531.132
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis.....	(30.096)	(34.783)
Outros valores.....	195.072	74.161
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(3.322.231)	(2.025.657)

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	1.569.991	742.584
Subtotal	1.569.991	742.584
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.892.222)	(2.768.241)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.322.231)	(2.025.657)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010			2009		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Antecipação de IRPJ e CSLL.....	190.909	-	190.909	180.584	-	180.584
Diferenças temporárias.....	817.932	1.635.865	2.453.797	176.761	707.045	883.806
Impostos a compensar.....	635.244	-	635.244	627.396	-	627.396
Total	1.644.085	1.635.865	3.279.950	984.741	707.045	1.691.786

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição (realização)	Saldo em 31/12/2010
Provisão para riscos de crédito.....	573.426	(395.545)	177.881
Outros.....	310.380	1.965.536	2.275.916
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	883.806	1.569.991	2.453.797

(e) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

	2011	2012	2013
Previsão de realização - %.....	33,33	33,33	33,34
A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.			
O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.308.870 (R\$ 786.299 em 2009).			

17. Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência em 31 de dezembro:

	2010	2009
Patrimônio líquido contábil	88.414.105	21.545.720
Antecipações de IRPJ e CSLL.....	(190.909)	(180.584)
Despesas antecipadas.....	(114.148)	(98.963)
Intangível.....	(13.483)	(13.835)
Patrimônio líquido ajustado	88.095.565	21.252.338
Margem de solvência:.....	81.869.058	15.068.271
Suficiência	6.226.507	6.184.067

18. Outras informações

(a) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, foi divulgado com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 31 de janeiro de 2011.

(b) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2010 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco Seguros, foram publicadas nesta mesma data no Diário do Comércio e no dia 26 de fevereiro de 2011 serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Diretor-Presidente	Sérgio Azoury Galvão	Diretor
Samuel Monteiro dos Santos Junior	Diretor Vice-Presidente Executivo	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor
Marcos Suryan Neto	Diretor Gerente	Manoel Antonio Peres	Diretor
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Jackson Fujii	Diretor
		Flávio Bitter	Diretor
			Getúlio Antônio Guidini
			Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.